

PACTU

Órgão oficial de informação dos Sindicatos dos Bancários de Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava.

ANO IV - Nº 39 - Março-Abril/2000

fetec/PR CUT

CNB - Sindicato Nacional

Dá para viver com um salário mínimo?

Se comer não mora, se morar não se veste, se vestir não come e nem mora

O nome já diz: o salário é mínimo. Segundo o Dieese, a cesta básica para uma família de 4 pessoas custa, por mês, mais de 100 reais. O que sobra mal dá para pagar outras despesas, como roupas, calçados, aluguel, água, luz, educação, saúde e transporte. É por isso que a oposição sempre defendeu um reajuste maior para o salário mínimo. Ao contrário do que FHC diz, é possível fazer isso sem quebrar ainda mais a Previdência, estados e municípios.

Páginas 4 e 5

Greves e manifestações iniciam a campanha



No Banestado, a greve evitou redução de salários



No HSBC, paralisações contra o corte de direitos

Caixa e BB longe de um acordo justo

Páginas 2 e 3

Caixa insiste na retirada de direitos

Na última reunião de negociação entre a direção da Caixa Econômica Federal e a Comissão dos Empregados, o banco anunciou a prorrogação da liberação de dirigentes sindicais até o dia 31 de março. Mas limitou o número a apenas 40 liberações. Além disso, insiste na tese de acabar com o delegado sindical.

E, se não bastasse, a Caixa também sinalizou para a retirada de várias cláusulas que tratam sobre saúde.

Essa postura da direção da empresa vem inviabilizando um acordo justo com os empregados.

Truculência

Manifestação em frente a sede da Caixa, em Brasília, no final de 99. Truculência e ameaça aos direitos dos empregados tem sido a tática da Caixa na campanha salarial



O banco não melhorou a proposta econômica insuficiente, apresentada no início do ano e, pior ainda, não aceita discutir

reajuste salarial.

O trabalho do movimento sindical é no sentido de quebrar a prepotência da Caixa e

insistir nas reivindicações do funcionalismo, para que se possa chegar num acordo satisfatório.

Eleição da APCEF/PR

O resultado da eleição da APCEF/PR apontou 1.550 votos para a chapa 1 e 1.396 votos para a chapa 2, que teve apoio dos sindicatos da CUT.

Com esse resultado, a chapa 2 elegeu os seguintes membros para o Conselho Deliberativo: José Roberto Passini (Londrina), José M. Tanaka (Curitiba), Sebastião Aparecido da Silva (Maringá), Airtton Galvão (Umuarama), Joseane Kuser (Curitiba) e Antonio Carlos Solinski (Paranavaí). Para o Conselho Fiscal a chapa 2 venceu, com 842 votos contra 700 da concorrente.

Seminário do HSBC define calendário



Agências do HSBC do PACTU paralisaram atividades por duas horas e distribuíram bolo e chá de losna a clientes e usuários em protesto pela retirada de direitos.

Nos dias 29 de fevereiro e 1º de março, dirigentes sindicais do HSBC de todo o país estiveram reunidos no Seminário Nacional, em Curitiba. O encontro serviu para aprofundar as discussões sobre os temas que mais preocupam os funcionários do HSBC, como a bolsa-educação, compensação de horas, uniforme, PPR/PLR e seguro saúde.

E para ter suas reivindicações atendidas junto ao banco, foi tirado um calendário de mobilizações, que passa por notas em rádios, jornais, panfletagens a clientes e usuários e até mesmo paralisações regionais. Para Alcione Cristiano Macedo, diretor do Pactu e membro da Comissão de Empresa que representa funcionários do HSBC, "essa mobilização, além de ser para demandas específicas, é também o início da campanha salarial de 2000/2001". Entre as principais atividades estiveram as paralisações nos dias 27 e 28/03.

Na base do PACTU, Umuarama teve manifestações desde as 7 da manhã com retardamento do atendimento na agência em duas horas e distribuição de bolo, panfletos, além da participação de dirigentes sindicais de outras entidades, que se revezaram dando seu apoio na manifestação.

Em Toledo, a agência do HSBC abriu com uma hora de atraso e o Seeb distribuiu

bolo e chá de losna (chá inglês), marcando os três amargos anos de atuação do HSBC no Brasil.

No dia 28, novas manifestações ocorreram em Curitiba e outras cidades. Os sindicatos do PACTU também estão se manifestando com notas à imprensa local, principalmente em rádios, colocando como é o tratamento do HSBC a seus funcionários.

Pactu

Publicação dos Sindicatos dos Bancários de Paranavaí, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Toledo, Umuarama e Guarapuava

Conselho Editorial

Neil E. Júnior (Paranavaí) - (0xx44) 423-3402
 Nivaldo Simoni (C. Mourão) - (0xx44) 823-3492
 Izabel C. Gregório (Toledo) - (0xx45) 252-1851
 Wilson de Souza (Umuarama/A. Chateaubriand) - (0xx44) 622-1979
 Eloi Myska (Guarapuava) - (0xx42) 723-1371

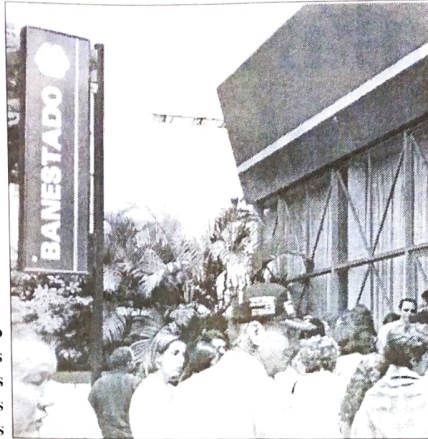
Jornalista: Joel Guedes
 Impressão: Gráfica São Paulo - (44) 622-4787

Greve faz Banestado negociar

Historicamente, as conquistas dos trabalhadores bancários só foram possíveis através de muita mobilização e pressão sobre os patrões. Com os funcionários do Banestado não é diferente. Foi preciso ir à greve para quebrar a prepotência da alta direção do banco.

Dois dias de paralisação, com ampla participação dos funcionários, foram suficientes para fazer o Banestado voltar atrás e melhorar a sua proposta. A greve começou no dia 22/03 com fechamento das agências de Umuarama, Campo Mourão e duas em Curitiba. No segundo dia

O movimento paralisou as agências nas principais cidades



o movimento ganhou força, paralisando 22 agências da capital, além de Campo Mourão, Peabiru, Engenheiro Beltrão, Umuarama, Cruzeiro do Oeste, Londrina, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Palotina, Cornélio Procopio, Arapongas, Cascavel, Foz do Iguaçu, Telêmaco Borba e Pato Branco. O banco não acreditava na adesão da categoria e foi surpreendido com a ampla mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras do Banestado.

No final do dia 23, temendo a paralisação total do Banestado na sequência da greve, o banco voltou atrás e chamou para negociação.

Os Sindicatos do PACTU parabensam e agradecem aos funcionários do Banestado da região de Umuarama e Campo Mourão, que junto com Curitiba participaram da greve nos dois dias. Isto foi importante na mobilização do Paraná e para fechamento do acordo.

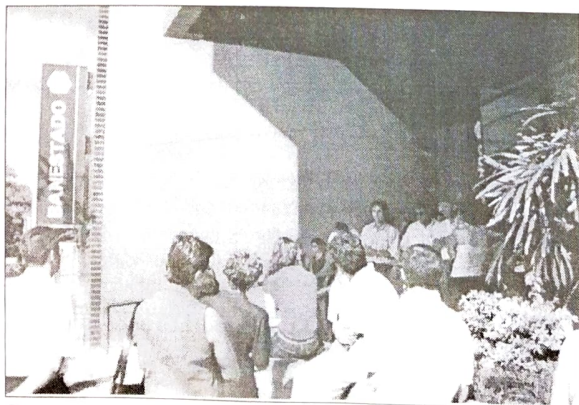
Sem a greve, o Banestado dificilmente negociaria

A nova proposta

Renova o acordo até 28/02/2001; mantém todas as cláusulas do acordo, inclusive garantia de emprego e Funbep; mantém inalterada a cláusula sobre horas extras (podendo suprimir as horas extras nos casos em que o funcionário renunciar espontaneamente ou quando submetida à apreciação da Comissão Extrajudicial, se houver conciliação); Comissão Extrajudicial – o banco acatou sugestão do movimento sindical; cláusulas econômicas serão negociadas até setembro de 2000; PLR – para o primeiro semestre de 2000, a ser pago na folha de pagamento subsequente a divulgação do balanço do primeiro semestre e, por último, o banco se compromete a fornecer todos os informes referentes aos serviços terceirizados. O banco também assegurou, durante a negociação, que não vai descontar dos funcionários os dias parados.

Valeu a luta!

Para o Comando dos Empregados, só foi possível arrancar essa proposta do banco devido a ampla mobilização do movimento sindical e dos funcionários do Banestado.



Greve no Banestado teve ampla adesão na base do PACTU

Falta seriedade do BB nas negociações

Depois de impor reajuste zero pelo quarto ano consecutivo, de romper unilateralmente as negociações sobre a campanha salarial de 99, de retirar direitos como o anuênio, licença-prêmio e abono-assiduidade e de rebaixar cláusulas econômicas e sociais, além de continuar aplicando a política de trabalho gratuito, o BB agora está pressionando funcionários assinarem contratos individuais sobre a prestação de horas extras e compensação de horas trabalhadas (Banco de Horas). Para a Comissão de Empresa do BB, isso é ilegal porque a Constituição e a CLT proíbem acordos individuais de compensação de horas. Além disso, não há nenhum acordo desse tipo assinado com a representação sindical.

A postura intransigente do BB só tem aumentado o impasse em torno do processo negocial. O Banco rejeitou todas as propostas apresentadas até agora, inclusive pela Procuradoria do Trabalho, acionada pelo movimento sindical.

AÇÕES

Vários sindicatos, em todo o país, estão denunciando o BB ao Ministério Público do Trabalho e entrando com ações judiciais contra o trabalho gratuito, contra o corte do anuênio, contra as pressões do banco para que os funcionários assinem acordos individuais sobre horas extras e contra o corte do salário dos dirigentes sindicais que são funcionários do Banco do Brasil.

Em Umuarama, o Sindicato conseguiu liminar garantindo a liberação do companheiro Paulino Alves.

O mesmo ocorreu em outros sindicatos, como Petrópolis, Londrina, Dourados e Mato Grosso.

Discriminação

No próximo dia 10/04, o BB paga a PLR, mais uma vez de forma discriminatória. A alta administração será privilegiada com a maior parte do bolo, enquanto a maioria dos funcionários receberá valores irrisórios. Há ainda outro sério problema: o banco pretende excluir do pagamento, funcionários que participaram de greve. A Comissão de Empresa ressalta que o banco não pode agir desta maneira. Ou seja, não pode discriminar ninguém por causa da função ou excluir do pagamento funcionários que fizeram paralisação. A Comissão já enviou carta ao BB, pedindo nova negociação com os sindicatos antes de pagar o benefício. O BB sempre conheceu a legislação e nunca a cumpriu. Sempre encontrou uma forma de empurrar o problema com a barriga.

Mobilização

Paralelamente às ações na Justiça, o movimento sindical vem desenvolvendo uma série de atividades e manifestações, exigindo a retomada das negociações. O banco sinalizou para a possibilidade de uma nova rodada de negociação. A Comissão dos Empregados, outra vez, vai acionar a Procuradoria do Trabalho, em Brasília, e apresentar uma nova proposta para o fechamento do acordo.

Por que o salário mínimo no Brasil é um dos piores do mundo?

O dia 1º de maio é sempre uma data de profundo significado, já que em todo o mundo se comemora o Dia do Trabalhador e, no Brasil, discute-se o salário mínimo

Um governo democrático e preocupado com justiça social, ao eleger um processo recessivo como instrumento de política econômica, certamente mobilizaria todos os recursos disponíveis e necessários para que os cidadãos, em especial os trabalhadores, pudessem sobreviver ao período recessivo da forma menos dolorosa possível.

Não tem sido essa a preocupação dos governos brasileiros que, historicamente, jogam sobre a classe trabalhadora o maior ônus de políticas econômicas mal sucedidas.

O salário mínimo na Argentina é de 200 dólares; no Uruguai é de 180 dólares e no Paraguai de 140 dólares. No Brasil, é de apenas 73,79 dólares.

Isso tem sido ainda pior no governo de FHC. Por um lado a política econômica do atual governo privilegia o sistema econômico, como os banqueiros, por exemplo. Por outro, têm produzido índices recordes de desemprego em todo o país, e impõe a quem consegue um emprego, terrível arrocho salarial. Um exemplo bem claro é o novo valor do salário mínimo, R\$ 151,00, que afeta hoje, direta e indiretamente, mais de 30 milhões de trabalhadores e 13 milhões de aposentados.

Esse valor é um dos mais baixos do mundo. Basta lembrar que o salário mínimo na Argentina corresponde a 200 dólares; no Uruguai é de 180 dólares e no Paraguai de 140 dólares. Já no Brasil, equivale a pouco

mais de 70 dólares.

O valor é tão insignificante que vem sendo criticado até mesmo por partidos aliados do governo, como o PFL que, de repente, resolveu dar uma de bom samaritano e passou a defender um mínimo de 100 dólares.

Os partidos de oposição vêm, já de longa data, defendendo um reajuste maior para o salário mínimo. Mas todas as tentativas esbarraram na falta de apoio no Congresso Nacional. Já o governo sempre recorreu aos velhos e frágeis argumentos para não recompor o valor do salário mínimo em níveis satisfatórios. Diz que o salário mínimo incide sobre os benefícios de 13 milhões de aposentados; que produz impacto sobre a folha de pagamento das pequenas prefeituras e alguns estados; que induz ao aumento da inflação; que tem efeito negativo sobre o emprego, levando a mais informalidade do mercado de trabalho e que o salário mínimo afeta apenas 3 milhões de trabalhadores que estão na ativa.



Lula: "Déficit da Previdência é culpa da má administração."



"Corrupção e incompetência"

Para Luiz Inácio Lula da Silva, presidente de honra do PT e maior expressão de oposição ao governo FHC, "muitos pequenos municípios foram criados sem condições de sobrevivência, só para manter um curral eleitoral de deputados estaduais e atualmente só existem em função do Fundo de Participação dos Municípios". Ainda para Lula, "este fundo muitas vezes é usado em obras desnecessárias e superfaturadas". O mesmo acontece com muitos estados da União. Ainda sobre o déficit que o aumento do salário mínimo causaria na Previdência, Lula afirma que o problema da Previdência é a má administração do governo, que permite sonegação de grandes empresas, além do desvio de dinheiro para outros fins.

A culpa é da Previdência?

O governo diz que a Previdência produz, anualmente, um déficit superior a 46 bilhões de reais, por conta do pagamento de benefícios a 19 milhões de aposentados. A despesa anual, ainda segundo o governo, é de R\$ 100 bilhões, enquanto a arrecadação é de apenas R\$ 54 bilhões. Alega ainda que com um salário mínimo de R\$ 180,00, o déficit anual da Previdência saltaria para R\$ 53 bilhões.

Sabe-se que quanto maior a dívida do governo, mais difícil fica reajustar salários e quase impossível recuperar a economia, com crescimento e geração de emprego e renda. Mas há muito tempo a oposição vem apresentando propostas que, se colocadas em prática, podem mudar esse quadro.

No caso do déficit da Previdência, o governo FHC tem se mostrado ineficiente no combate à sonegação, que hoje já beira os 50%. Isso significa que bilhões de

reais estão nas mãos dos sonegadores, enquanto a maioria dos aposentados recebe salário mínimo de fome. E os trabalhadores assalariados ficam impedidos de ter um reajuste digno, para não aumentar o rombo nas contas do governo. Sem contar que a receita poderia ser incrementada com outro grande volume de recursos, se o governo combatesse o emprego sem registro em carteira, que também já atinge uma enorme quantidade de trabalhadores assalariados.

Entre outras medidas, a CUT sempre defendeu o controle social da Previdência. O resultado seria muito melhor se não apenas o governo administrasse esses recursos e sua aplicação, mas tivesse também a participação de representantes das empresas, dos trabalhadores e dos aposentados.

Quem ganha salário mínimo

No total são **28 milhões** de pessoas

15 milhões estão trabalhando
Equivale a 20% de todas as pessoas empregadas

2% são funcionários públicos
98% estão na iniciativa privada

13 milhões são aposentados
Esse total é equivalente a 59% de todos os aposentados brasileiros

■ O salário mínimo foi instituído através do Decreto-Lei 2.162, de 1º de Maio de 1940, no governo Getúlio Vargas. Já na época a lei determinava que o valor deveria ser capaz de cobrir as despesas

com as necessidades básicas do trabalhador, como alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. Mas desde a sua criação, o salário mínimo vem sofrendo, ano após ano, um significativo rebaixamento.

■ A desvalorização do salário mínimo foi maior a partir dos anos 60..

■ Com a democratização ocorrida nos anos 80, se esperava uma elevação do salário mínimo, o que até hoje não ocorreu. O salário mínimo pago hoje no Brasil equivale a menos de 80 dólares, o mais baixo entre os países do Mercosul...

■ A oposição apresentou vários projetos para resgatar o valor do salário. Um deles, rejeitado no Congresso em 1995, é do deputado Paulo Paim (foto), do PT, que já naquela época propunha a elevação do salário mínimo para 180 reais.

CUT apóia mínimo de U\$ 100

O governo se pauta de informações errôneas, a propósito ou não, ao apontar que apenas 3 milhões de trabalhadores são afetados pelo salário mínimo. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) do IBGE, quase 15 milhões de trabalhadores recebem um valor equivalente ou inferior ao salário mínimo, ou seja,

21% dos trabalhadores ocupados. Somando aqueles trabalhadores que recebem múltiplos salários mínimos, sendo também afetados pelo seu reajuste e os trabalhadores dos setores de prestação de serviços, agrícola, domésticos e economia informal, são mais de 30 milhões de brasileiros diretamente afetados pelo salário mínimo.

Para a CUT, qualquer debate sério sobre o salário mínimo deve levar em conta a sua importância para a proteção social de segmentos excluídos da legislação do trabalho e dos benefícios previdenciários. Por isso, a CUT também defende a proposta de reajuste do salário mínimo para 100 dólares (ou R\$ 180,00) a partir de primeiro de maio.

Salário mínimo do Dieese: R\$ 942,76

O Capítulo II dos Direitos Sociais, no Artigo 7º, inciso IV da Constituição do Brasil, diz que o salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, deve ser capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Só que a realidade do trabalhador assalariado é bem diferente. Segundo pesquisa do Dieese, só com a alimentação e demais gêneros de primeira necessidade, uma família de dois adultos e duas crianças gasta mais de 80% do valor do salário mínimo. Todos os demais itens, inclusive vestuário, educação e saúde, ficam comprometidos.

Para atender todas as necessidades básicas do trabalhador, como prevê a Constituição Federal, o salário mínimo necessário, pesquisado pelo Dieese, deveria valer R\$ 942,76.

Com FHC não dá

É claro que nas atuais circunstâncias, é impossível se ter um salário mínimo decente. No governo FHC, só quem leva vantagem são os "amigos do rei", como os banqueiros, por exemplo, que estão registrando os mais altos lucros da história. Sem contar a onda de privatizações e a abertura indiscriminada às importações, o que tem provocado quebraadeira generalizada de empresas nacionais, redução de salários e índice recorde de desemprego em todo o país.

Para a oposição, só um governo popular teria condições de quebrar esse círculo vicioso e implementar projetos populares. Entre eles, valorizar mais o salário mínimo. Ao contrário do que afirma FHC, há caminhos viáveis para se aumentar o salário e ao mesmo tempo garantir uma boa Previdência.

Um desses caminhos é o combate efetivo à sonegação, atrelado à mudança no sistema de gestão da Previdência Social. Ou ainda a criação de um imposto sobre o lucro líquido dos bancos, por exemplo. Isso viria acompanhado de outros projetos, como incentivo ao registro em carteira, proteção à empresa nacional, especialmente as micro e pequenas (que são as que mais geram empregos, conforme pesquisas de respeitáveis órgãos), políticas de financiamentos com juros baixos e incentivo à indústria e à agricultura para aumento da produção com geração de empregos e renda.

CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Nova lei necessita de mudanças

Sancionada no último dia 12 de janeiro a Lei 9958, que permite a criação das comissões de conciliação prévia, nem bem entrou em vigor e já necessita de mudanças. Na visão das principais entidades que representam os trabalhadores, como a CUT, a CNB e a Executiva Nacional dos Bancários, a lei permite mais de uma interpretação e pode prejudicar os trabalhadores.

O maior motivo da controvérsia é a participação dos sindicatos nas comissões. A lei abre duas possibilidades para a criação das comissões e, numa delas, a redação dá a entender que as empresas podem montar as comissões sem a participação dos dirigentes sindicais. Os sindicatos participariam apenas do processo de eleição desses representantes.

Para o movimento sindical, a exclusão dessas entidades nas negociações contraria até mesmo a Constituição,

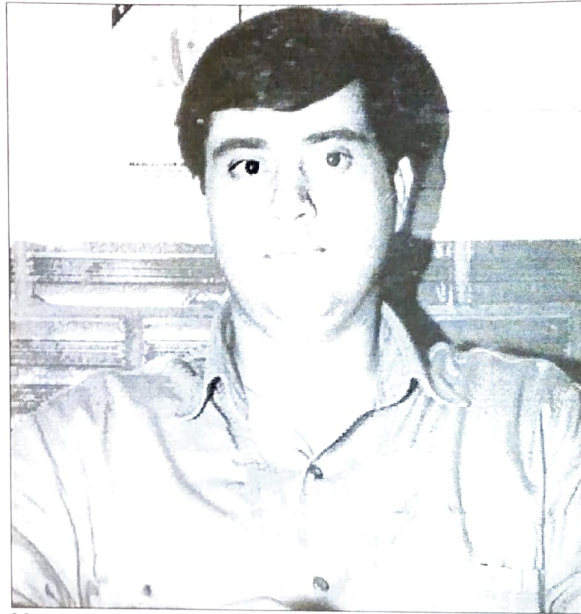
que diz que os sindicatos são os legítimos representantes dos trabalhadores.

A CUT tem ressalvas às comissões por causa da falta de compromisso do governo FHC com os trabalhadores, e faz um alerta: é preciso se preparar para enfrentar os desafios que virão com essa nova lei.

Para a Executiva Nacional dos Bancários, se a lei for colocada em prática da forma como está regida, será mais um ataque contra os trabalhadores. Analisa ainda que é preciso partir do princípio de que a constituição das comissões de conciliação prévia e acordos resultantes são uma mostra de que a empresa cometeu uma irregularidade e quer corrigi-la.

Mas em vez de corrigir, porque não evitá-lo? Esse, porque não evitá-lo? Esse é um dos questionamentos que a Executiva Nacional levará à Fenaban.

Para Marcelo Montanha, diretor do PACTU e for-



Marcelo Montanha: "Sem a participação dos sindicatos sérios, vai ser um ataque contra os trabalhadores"

mado em Direito, a criação das comissões de conciliação prévia pode ajudar a resolver conflitos trabalhistas "desde que tenha a participação dos

sindicatos e desde que os sindicatos tenham uma política que seja realmente voltada aos interesses dos trabalhadores."

RITO SUMARÍSSIMO

Outra Lei sancionada por FHC cria o rito sumaríssimo para solução de conflitos trabalhistas. Mas isso só valerá para causas com valor até 40 salários mínimos, ou R\$ 5.440,00. O prazo máximo para julgar a ação é 30 dias. O movimento sindical avalia que o governo, com a Lei, não está preocupado em resolver conflitos trabalhistas, mas reduzir custos da Justiça do Trabalho.

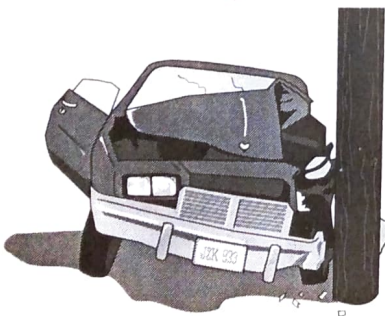
SALÁRIO MATERNIDADE

Valeu a pressão do movimento sindical. O Ministério da Previdência reviu a forma de pagamento do salário-maternidade. No dia 8 de março, o Ministério emitiu nova portaria garantindo a volta do pagamento do benefício diretamente nas empresas.

PREVINA A LER

A lei garante a todos os trabalhadores que desenvolvem atividades que podem provocar doenças ocupacionais, como a LER, pelo menos 15 minutos diários de interrupção do trabalho para a prática de exercícios preventivos. Entre os bancários, ainda é preocupante o índice de incidência de LER. A maioria dos bancos não cumpre a lei que obriga, além do intervalo, local adequado para a prática dos exercícios. O movimento sindical tem pressionado para que as empresas cumpram essa obrigatoriedade. Mas é importante que o trabalhador também faça a sua parte, exigindo os seus direitos.

Para que vale o seguro obrigatório?



Alguns podem argumentar que é uma forma de se livrar de parte dos prejuízos, em caso de acidentes com vítimas. Outros podem até alegar que, no caso de morte ou invalidez em acidente de trânsito, pelo menos se consegue uma indenização mínima.

Mas a verdade é que você, que tem um carro e depende dele para trabalhar, viajar ou até mesmo para seus compromissos particulares no dia-a-dia, sabe como é difícil

pagar, todos os anos, várias taxas e impostos cobrados pelo governo, sob pena de não poder circular livremente com seu veículo. O governo divulga que os impostos cobrados sobre os veículos, destinam-se, por exemplo, à conservação de

estradas, sinalização e outras melhorias para garantir o conforto e a segurança dos usuários. Mas não diz quanto arrecada e quanto investe.

Pior ainda em relação ao seguro obrigatório, cujo valor pode variar de acordo com o ano e valor do veículo. A lei que criou esse seguro é de 1974 e abrange todos os proprietários de veículos, em função de sua simples existência ou utilização. Só no

Paraná, dois anos atrás, a frota de veículos era superior a 2 milhões e 230 mil. E é impossível avaliar o montante arrecadado, pois essa informação o governo simplesmente omite da sociedade. O que se faz com esse dinheiro é outro mistério. A lei prevê que o seguro deve ser pago apenas em caso de morte e invalidez permanente em função de acidente de trânsito (R\$ 6.245,09) ou reembolso de despesas médicas e suplementares até R\$ 1.524,54.

O problema é que, apesar da quantia irrisória, raramente o seguro é requisitado pela vítima ou por sua família. Até mesmo porque não há qualquer campanha de esclarecimento nesse sentido. Sem contar que, de vez em quando, a população toma conhecimento através da imprensa, da ação de

corruptos, que fraudam documentos e inventam mortes de pessoas envolvidas em acidentes, para receber ilegalmente o dinheiro do seguro.

Ou seja, além de manter a cobrança de um imposto, disfarçado de seguro, que na maioria dos casos não atende às reais necessidades do cidadão, quando requerido, o governo não presta contas à sociedade e ainda se deixa lesar por pessoas má intencionadas.

Se não bastasse, o governo ainda privatiza as estradas e admite empresas particulares cobrarem pedágios abusivos.

Ou então, decreta a antecipação da cobrança de impostos, como aconteceu com o IPVA, no Paraná. Tudo isso para meter a mão no dinheiro do cidadão. Assim fica difícil tirar o país do fundo do poço.

Paraná, o laboratório da repressão

Dados da Comissão Pastoral da Terra mostram a extensão da violência e da repressão contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra no Paraná, durante o governo Jaime Lerner. Os números atestam a gravidade da situação: desde 1995 foram assassinados 14 trabalhadores rurais, 409 foram presos, 44 ameaçados de morte, 136 feridos e 5 torturados em mais de 120 despejos violentos. Destes números, apenas nos dois primeiros meses de 2000 já foram 96 presos em 12 despejos, com 46 pessoas feridas, entre as quais muitas mulheres e crianças.

O último despejo aconteceu no dia 24 de fevereiro, na Fazenda Figueira, em Guairaçá. Mais de mil policiais invadiram o acampamento e usaram as mesmas táticas violentas dos despejos anteriores. Sob o comando de Jaime Lerner, a polícia montou uma operação de guerra, isolando a área, e permitindo a passagem de fazendeiros e pistoleiros e proibindo a entrada de pessoas solidárias e da imprensa.

Desalojadas por polici-

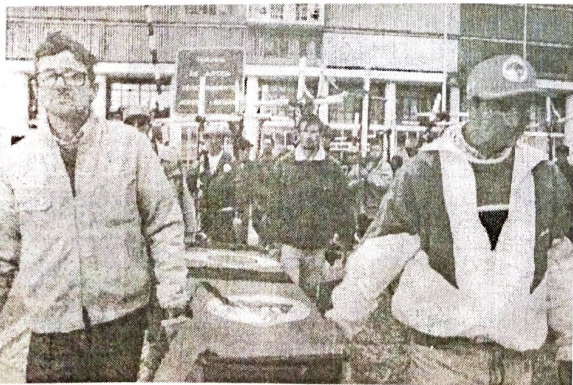
ais encapuzados, de madrugada, entre tiros, bombas, socos e pontapés, essas famílias sem terra vão se tornar migrantes forçados, esvaziando o campo e inchando as cidades com as seqüelas da pobreza, penúria e fome. É essa a política agrária do governo Lerner. Essa política dá margem a impunidade, que favorece diretamente fazendeiros e suas milícias armadas.

Por isto, não dá para acreditar no discurso do governo quando diz que está preocupado com o desenvolvimento econômico do Paraná.

O crescimento só é possível com geração de emprego, produção e renda. E nesse aspecto a reforma agrária pode desempenhar um papel fundamental, atendendo milhões de famílias com terra, moradia e condições de sobrevivência com dignidade no campo.

No governo Lerner ocorre o contrário. O que cresce é a violência no campo, transformando o Paraná uma referência contra os direitos de trabalhadores rurais sem terra, o que agrava ainda mais o quadro de injustiça e de exclusão social.

Em 5 anos, 14 trabalhadores rurais foram assassinados...



Pela Reforma

A foto mostra sem terra carregando um caixão durante protesto em frente ao Tribunal de Justiça, em Curitiba. A reforma agrária de Lerner é o uso da violência contra trabalhadores indefesos...

ELEIÇÕES SINDICAIS LONDRINA

Nos dias 16 e 17 de março foi realizada a eleição da nova diretoria do Seeb Londrina.

Dos 1.910 votos coletados, a Chapa 1, encabeçada pelo companheiro José Francisco (Banestado), recebeu 1.847 votos. Apenas 53 votos foram em branco e 10 nulos.

A gestão terá duração de três anos. A Chapa 1 teve apoio dos demais sindicatos de bancários da CUT. José Francisco e os outros colegas que integram a chapa são pessoas que já tem vivência no movimento sindical e estão credenciados para defender os interesses dos bancários de Londrina e região.

Os sindicatos do PACTU desejam aos companheiros da Chapa 1 muito sucesso nessa gestão.

Eleições na CASSI

No período de 17 a 26 de abril, será eleito o novo Diretor Executivo da Cassi. Também serão escolhidos os dois conselheiros deliberativos e os três membros do Conselho Fiscal. A Cassi está se transformando na principal referência de saúde do funcionalismo do Banco do Brasil e de seus familiares. É importante que seja dirigida por alguém com competência e que esteja preocupado com o bem-estar dos associados. Por isto, os Sindicatos do PACTU estão apoiando a Chapa 3, que tem Joilson Rodrigues para a Diretoria Executiva e Ana Dantas na presidência do Conselho Fiscal, e outras pessoas que se dedicam às questões da saúde há muitos anos. Além de vários projetos, um dos objetivos da Chapa 3 é lutar para que o BB cumpra seus compromissos com a Cassi como, por exemplo, o pagamento da dívida que já é superior a R\$ 60 milhões.

PARANAVAÍ

A eleição da nova diretoria do Seeb Paranaíba ocorreu no último dia 28 de março.

A chapa apoiada pelos sindicatos de bancários da CUT foi encabeçada pelo companheiro Neil Emídio Júnior, atual presidente do Sindicato, e é integrada ainda por colegas que já faziam parte do movimento e outros companheiros que vêm agora somar forças.

Universidade

Foi realizada no último dia 2 de março, no Seeb Toledo, reunião (foto) que contou com presença da reitora da Unioeste, Liana Fátima



Fuga, e representantes de várias categorias de trabalhadores. Na oportunidade, foi discutido o papel da universidade e projetos que podem ser desenvolvidos em parcerias com os sindicatos, como cursos de qualificação e requalificação. Estiveram representados os sindicatos dos bancários, metalúrgicos, construção civil, rurais e da saúde. Para a próxima reunião, o Seeb tentará trazer Jorge Lorenzetti, diretor geral da Escola Sul da CUT, para discutir com a reitoria da Unioeste, possíveis projetos em parceria na área de formação.

Mulher

O papel da mulher na sociedade. Esse foi o tema de debate promovido no dia 11/03, pelo Seeb Toledo, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher (8 de Março). As



monitoras foram: Márcia Regina Rossa Caetano Apolinário (filósofa e assistente social) e Lúcia B. Vogt (filósofa e pós-graduada em psicopedagogia). O debate foi realizado na sede da AABB de Palotina e terminou com um almoço servido para cerca de 150 pessoas entre bancários e familiares.

Confraternização reuniu bancários e familiares

A equipe do Banestado de Umuarama venceu o I Torneio de Futebol Suíço dos Bancários, disputado na sede campestre do Sindicato dos Bancários de Umuarama, no último dia 25/03. A confraternização foi promovida pelo Seeb Umuarama e contou com participação de bancários e familiares. Além do Banestado, disputaram o torneio as equipes do HSBC, América do Sul e Real, todas de Umuarama. O time do Banestado sagrou-se campeão ao vencer o HSBC por 3 a 2 na cobrança de pênaltis. Em terceiro lugar ficou a equipe do Banco Real.

Após o torneio, foi servido o almoço e logo em seguida foi disputado o torneio de truco. A dupla campeã foi formada por Berta e Lupércio e, em segundo, Joel e Claudemir. Para Paulino Alves de Almeida, secretário do

Seeb Umuarama e diretor do PACTU, este tipo de promoção é importante para promover o conagraçamento entre os bancários e familiares. Por isto, o Seeb Umuarama já está

programando outra grande confraternização, prevista para o dia 30 de abril, em comemoração ao Dia do Trabalhador. A programação, que ainda será definida, deverá incluir torneios de futebol

suíço, canastra, truco e videokê, entre outras atividades. Essa confraternização terá caráter intersindical, ou seja será realizada em conjunto com sindicatos de outras categorias.



CAMPEÕES

A equipe do Banestado/Umuarama, campeã do I Torneio de Futebol Suíço dos Bancários



VICE

O time do HSBC ficou com o troféu de segundo colocado, mas a comemoração foi animada

Campo Mourão

Prevenção da Aids



Durante a Semana de Prevenção da Aids, o SEEB Campo Mourão promoveu a distribuição de informativos a bancários e clientes do setor, com objetivo de conscientizar sobre a Aids, além de convocar a todos para as ações de combate à infecção pelo HIV. Já durante o Carnaval, o SEEB fez parceria com a 11ª Regional de Saúde na distribuição de informativos e camisinhas nos clubes sociais da cidade.

LER

Em comemoração ao Dia Internacional de Conscientização sobre LER (29 de fevereiro), o Sindicato dos Bancários de Campo Mourão distribuiu cartilhas explicando a importância da prevenção e tratamento. O assunto também foi tema de entrevistas na imprensa local.

HOMENAGEM



Também em Campo Mourão, houve intensa comemoração do Dia Internacional da Mulher (8 de março). O SEEB confeccionou e distribuiu arranjo místico e alertou para a questão das desigualdades e discriminação da mulher, que ainda existem nos locais de trabalho, em casa e na vida social. Em se tratando de discriminação e desigualdade da mulher, nada mais justo do que apelar para a sensibilidade masculina, que só é expressada, segundo as mulheres, nos melhores homens.